

Denise Hammerschmidt
Larissa Pinho de Alencar Lima
Organizadoras



CIÊNCIAS PENAIS E JUÍZES CRIMINAIS

VOLUME I

1º FÓRUM NACIONAL DE JUÍZES CRIMINAIS — FONAJUC

Colaboradores:

Catarina de Macedo N. Lima e Corrêa	José Laurindo de Souza Netto
Cláudia do Espírito Santo	Karyna Torres Gouveia Marroquim Abdala
Claudia Spinassi	Lara Carrera Arrebal Klein
Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira	Larissa Pinho de Alencar Lima
Denise Hammerschmidt	Luiz Valerio dos Santos
Denise Pipino Figueiredo	Maria Rosinete dos Reis Silva
Esdras Silva Pinto	Miguel Kfourri Neto
Fabiana Bastos Oliveira de Castro	Paula Priscila Candco
Fabiana Silveira Karam	Paulo Eduardo Huergo Farah
Fábio Alexandre Costa de Farias	Rodrigo de Lima Mosimann
Ferdinando Scremin Neto	Rogério Montai de Lima
Francisco Cardozo Oliveira	Safira Maria de Figueredo
Franklin Vieira dos Santos	Sônia Maria Mazzetto Moroso Terres
Heliomar Rios Ferreira	Thiago Bertuol de Oliveira
Jorge Luiz dos Santos Leal	

Curitiba
Juruá Editora
2017

PREFÁCIO

“De tanto ver triunfar as nulidades; de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça. De tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto”.

Rui Barbosa

Novos tempos avizinham-se no horizonte do Brasil e impõem uma mudança de curso e novas estratégias de atuação institucional.

Integridade e honra são princípios básicos que sustentam uma nação.

Quando virtude e honestidade já não são mais os paradigmas de algumas das instituições numa sociedade, é chegada a hora de trilhar um novo caminho.

Nesse horizonte, a magistratura brasileira, uma vez mais, sai à frente e, em resposta aos novos tempos, busca mecanismos de inovar e transformar o sistema de justiça criminal, pretendendo, por meio do aperfeiçoamento e da amplitude de debates sobre as temáticas atuais mais polêmicas, contribuir decisivamente para a construção de uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, o Fórum Nacional de Juízes Criminais (FONA-JUC) e esta primeira revista, que ora se apresenta, constituem uma contribuição significativa tanto do ponto de vista do processo democrático de construção do conhecimento profissional como também de sua densidade técnico-jurídica.

A presente publicação inova e pontifica, primeiro, ao abrir espaço para as diversas perspectivas no âmbito da magistratura criminal, ampliando o debate no campo teórico e prático e mostrando, com transparência de ideias e ações, o pensamento e a atuação dos juízes brasileiros. A construção compartilhada do conhecimento no âmbito do fórum

retrata as melhores iniciativas da instituição judiciária amadurecida, que busca democratizar-se na produção e na gestão dos saberes de sua prática profissional.

Além disso, a publicação retrata a elevada qualidade dos debates, que reflete a grandiosidade do preparo técnico-jurídico da magistratura brasileira para o enfrentamento dos desafios contemporâneos, que, dia após dia, busca incessantemente se aprimorar. A busca da unificação de procedimentos, por exemplo, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de segurança jurídica nas decisões, para que sejam capazes de dar mais rapidez e efetividade à justiça criminal, revela a consistência e profundidade dos estudos, sempre atentos aos princípios constitucionais e aos relevantes bens tutelados por este âmbito do direito. Apenas uma magistratura criminal preparada pode tornar-se elemento diferencial do sistema de justiça.

Neste primeiro volume da revista, primando pelo conhecimento democraticamente construído pelos magistrados criminais e consolidado em debates tecnicamente qualificados, já são enfrentados diretamente – não por acaso – alguns dos temas mais polêmicos e controversos da atualidade. Esses elementos demonstram que os temas expressam o pensamento de significativa parcela da magistratura criminal do país, que vive e aplica esse direito.

Ressalto que, ao escolherem esta via privilegiada para a difusão e compartilhamento desses saberes especializados, os juízes abrem um importante e necessário espaço que não apenas reforça a legitimidade de sua atuação profissional na sensível seara criminal, mas que especialmente amplia a capacidade de eficiência do sistema de justiça nos seus desideratos mais valiosos para construir uma sociedade mais justa e solidária.

Assim, expresso meu contentamento em prefaciá-la esta primeira revista, que já nasce democrática, qualificada e – porque também não dizer – revolucionária para a efetividade da justiça criminal.

João Otávio de Noronha

Ministro do STJ